APOSTAS ON-LINE

Loterj vai ao STF para manter bet

Loteria estadual entrou com ação no Supremo para continuar com atuação nacional, mas AGU afirma que ela não tem competência

» RENATO SOUZA

Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para manter a atuação nacional de sites de apostas esportivas do estado, as chamadas bets. A Loterj se posiciona contra um pedido do governo federal para que o Supremo suspenda as casas esportivas

que atuam fora do território carioca e estão cadastradas na loteria da região.

Na ação apresentada na Corte, a Loterj pede que o Supremo recuse uma ação da Advocacia-Geral da União (AGU) que pede que as bets do Rio sejam obrigadas a utilizar GPS para liberar as apostas para usuários e sejam proibidas de atuar em outros estados.

A Loterj argumenta que sua atuação está amparada por decisões do próprio STF, que reconhecem a competência dos estados para explorar e regulamentar serviços lotéricos. A entidade argumenta ainda que "implementou um robusto sistema de prevenção à lavagem de dinheiro, incluindo identificação rigorosa de clientes, monitoramento de transações e reporte de atividades suspeitas".

para atuar a nível nacional. "A atuação em âmbito nacional desobedece as regras do Ministério da Fazenda e invade competência da União ao explorar serviço de loterias em todo o território nacional", destaca o documento protocolado na Suprema Corte.

Por determinação do Ministério da Fazenda, a Agência Nacional de Telecomunicações autorização para funcionar. O objetivo é combater endividamento das famílias, perdas financeiras de usuários, lavagem de dinheiro e danos na economia nacional.

Conforme dados da Fazenda, a lista nacional contém 96 empresas com 210 bets autorizadas a operar no país e, nos estados, há 18 empresas. Casas de apostas que não esti210

número de bets que podem atuar no país. conforme dados do Ministério da Fazenda



SÉRGIO ABRANCHES

O paradoxo chamado Brasil

O Brasil presidencial, do voto majoritário nacional, é polarizado entre o PT e o anti-PT que, em 2018 e 2022, foi encarnado por Jair Bolsonaro. A direita tende a se unir contra o PT. Ele é a esquerda dominante no país desde 1994. No Brasil local, não se repete a união da direita.

Não é de hoje que ela se divide em rivalidades municipais. Não devia ser surpresa que partidos da direita ou da centro-direita estejam competindo no segundo turno das eleições de capitais e de cidades com mais de 200 mil eleitores. Desde a ditadura militar foi assim, por isso foram forçados a criar as chamadas sublegendas, quando Arena1 e Arena2 se enfrentavam nas cidades em que eram permitidas eleições diretas.

O paradoxo da complexa política brasileira é a convivência entre vários sistemas políticos locais e estaduais e um sistema político nacional. O nacional não é a simples soma das partes, é bastante diferente delas. Nas eleições parlamentares é que esses sistemas locais têm influência e mobilizam os cabos eleitorais a favor dos candidatos de seus municípios. Deputados são eleitos pelo voto proporcional, na maioria absoluta dos casos, em uma meia dúzia de cidades que constituem seus redutos eleitorais. São cada vez mais raros os deputados eleitos com votos dispersos por todo o estado. Estão voltando na persona dos poucos influencers, eleitos pelas redes e não nas campanhas convencionais. Daí a importância das eleições municipais para a composição futura das grandes bancadas federais. Governadores e senadores são eleitos pelo voto majoritário em todo o estado. Portanto, precisam de alianças locais mais diversificadas

para se elegerem. A maior novidade destas eleições municipais foi a mudança de estratégia do PT, que habitualmente insistia em ter candidaturas próprias e só fazia alianças com outros partidos de esquerda e sem ceder a cabeça de chapa. Nestas eleições, abriu mão de disputar numerosas prefeituras. Em São Paulo, deu a candidatura a prefeito para Guilherme Boulos do PSol, para ficar com a vice. No Rio, apoiou Eduardo Paes, do PSD, sem estar na chapa. Nas capitais e cidades com mais de 100 mil eleitores, o PT fez alianças diversas, incluindo oito partidos de centro-direita ou direita, que têm sido aliados locais. Em municípios menores, PT e PL se aliaram pela prefeitura.

Depois dos tombos de 2016, 2018 e 2020, o partido, para se reerguer, passou a admitir a ideia de que a política brasileira é feita de coalizões e que elas são diferentes nos planos municipal, estadual e federal. Os eleitores compreendem isso e votam dessa maneira.

A polarização nacional não se manifestou de forma decisiva em quase nenhuma disputa. Em São Paulo, ela não compareceu. Nem Luiz Inácio Lula da Silva, nem Bolsonaro foram grandes influências no voto do primeiro turno. Lula preferiu o low profile e Bolsonaro ficou perdido.

Polarização

Segundo turno é, por definição, uma escolha polarizada, mas não necessariamente na mesma polaridade que ocorreu no plano nacional, em 2018 e 2022. Em Goiânia, o confronto será entre o candidato do governador Ronaldo Caiado, tradicional liderança da direita, e o candidato de Bolsonaro. O ex-presidente e o governador têm sido aliados no plano nacional. Em Belo Horizonte, o governador Romeu Zema (Novo), que foi aliado de Bolsonaro nas duas eleições gerais anteriores, apoiou um candidato a prefeito que não chegou ao segundo turno. Bolsonaro inventou um candidato, Bruno Engler (PL), extrema-direita, que chegou ao segundo turno, porém contra Fuad Noman, o prefeito atual, que é do PSD, de centro-direita. Em Curitiba, o segundo turno será direita contra direita.

Outra característica das eleições municipais que as urnas confirmaram foi a reeleição dos prefeitos bem avaliados por mais de 50% dos eleitores. As emendas parlamentares irrigaram as candidaturas dos partidos dominantes na Câmara. Para além delas, foi reeleito quem soube administrar a prefeitura de maneira que o eleitor reconheceu como boa. As emendas não são uma prática saudável, nem no plano local, onde geram muita desigualdade, nem no plano nacional, onde prejudicam a governabilidade.

Nenhum dos dois turnos nos dirá o que será de 2026. A eleição municipal tem influência, contudo menor que 100%, na reeleição de deputados. Mas não tem impacto, nem é uma previsão de como será a disputa para presidente em 2026. É muito provável que Lula se candidate à reeleição e tenderá a inibir candidaturas concorrentes à esquerda. É quase certo que Bolsonaro seguirá inelegível e sua ausência aumenta a chance de divisões na direita.



Realização

CB Brands

CORREIO BRAZILIENSE